



MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

Concurso Limitado por Prévia Qualificação

Caderno de Encargos

**Aquisição de serviços de agências de viagens,
alojamento e serviços conexos**

Data: novembro de 2022

ÍNDICE

Objeto.....	3
Elementos do contrato.....	3
Vigência	4
Obrigações do adjudicatário.....	5
Acompanhamento da execução do contrato.....	6
Objeto e prazo do dever do sigilo.....	7
Privacidade, proteção de dados pessoais e respetiva conservação	7
Patentes, licenças e marcas registadas	10
Condições de pagamento.....	11
Penalidades contratuais	13
Força maior.....	14
Resolução por parte do INEGI	15
Resolução por parte do adjudicatário	15
Seguros	16
Foro competente	17
Responsabilidades	17
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	17
Comunicações e notificações	17
Contagem dos prazos	18
Legislação aplicável.....	18
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	19

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de agências de viagens, alojamento e serviços conexos, pelo “INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial”, doravante INEGI, com observância das especificações técnicas e das disposições normativas constantes do presente caderno de encargos e respetivos anexos.

2. Fazem parte do objeto do presente procedimento pré-contratual, designadamente, a prestação dos seguintes serviços:

- a) Serviços de transporte aéreo – consulta, reserva, alteração, cancelamento e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- b) Serviços de alojamento – consulta, reserva, cancelamento e emissão de *vouchers* de alojamento em território nacional e internacional;
- c) Serviços de aluguer de viaturas (*rent a car*) – consulta, reserva e emissão de *vouchers* de aluguer de viatura em território internacional, sendo que a prestação deste serviço só poderá ser efetuada quando associada a pelo menos um dos serviços indicados nas als. a) e b), do nro. 2, da presente cláusula.
- e) Outros serviços complementares - *transfere*s e vistos e/ou entrega de documentação
- f) Seguros associados a viagens;

Cláusula 2.^a

Elementos do contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo INEGI, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Vigência

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data da sua outorga, renovável por duas vezes, por igual período, até ao limite máximo de 36 (trinta e seis) meses ou até perfazer o limite do preço contratual, consoante o evento que ocorrer primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Qualquer das partes pode denunciar livremente o contrato antes do seu termo, em qualquer altura, desde que informe a outra parte por escrito, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência da data relativamente à qual se pretende a produção dos efeitos.
3. A denúncia nos termos do número anterior não implica o pagamento de qualquer indemnização, por qualquer parte.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do adjudicatário

Cláusula 4.ª

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e respetivos anexos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar os serviços nos termos por si propostos e em cumprimento do previsto no presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de cumprimento dos requisitos legais em vigor e de garantia da qualidade do serviço por si prestado;
- c) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados à entidade adjudicante relativos à prestação de serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais;
- d) Comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos dos contratos celebrados com a entidade adjudicante;
- e) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- f) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- g) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens ou prestação do serviço, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a sua gestão.
- h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- i) Executar os serviços, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

- j) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do INEGI, prestando as informações que forem solicitadas;
 - k) Apresentar ao INEGI, sempre que por este seja solicitado, relatórios relativos aos serviços prestados e respetiva faturação, identificando expressamente o número, data e valor das faturas, assim como o tipo e quantidade de serviços solicitados.
 - l) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
 - m) Disponibilizar o número suficiente de meios humanos com qualificação técnica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os seus colaboradores e os representantes do INEGI;
 - n) Respeitar toda a legislação em vigor respeitante à atividade exercida e aos meios envolvidos.
2. O adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Riscos, prejuízos e indemnizações

1. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer prejuízos causados pelo incumprimento do contrato e também os causados por si, ou pelo seu pessoal, à Entidade Adjudicante ou a terceiros, durante a execução dos trabalhos.
2. Pelas multas e indemnização a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o Cocontratante tenha a receber, em segundo lugar, os depósitos de garantia e, finalmente, os restantes bens do Cocontratante.

Cláusula 6.ª

Acompanhamento da execução do contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o cocontratante fica obrigado a manter reuniões de coordenação com os representantes indicados pelo INEGI, sempre que por si seja solicitado.

2. Sem prejuízo da realização das reuniões de acompanhamento referidas no nº 1, o INEGI poderá, sempre que entender necessário, solicitar ao prestador de serviços os esclarecimentos de quaisquer questões relacionadas com o objeto ou a forma da prestação de serviços, os quais deverão ser prestados no prazo máximo de 12 (doze) horas.

SUBSECÇÃO I

DEVER DE SIGILO

Cláusula 7.ª

Objeto e prazo do dever do sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao INEGI, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Privacidade, proteção de dados pessoais e respetiva conservação

1. No caso de o cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do INEGI, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções do INEGI no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo INEGI, ou por quem atue em representação deste.
6. O cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do INEGI, o cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O cocontratante deve comunicar de imediato ao INEGI quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato o INEGI de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o INEGI disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.

11. Quando se verificar uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o INEGI:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. O cocontratante obriga-se a ressarcir o INEGI por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo INEGI, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

14. O cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.

15. Dependendo da opção da entidade adjudicante, o cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

16. O cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do INEGI, exceto se o cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o INEGI antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 9.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. Correm integralmente por conta do cocontratante os encargos ou as responsabilidades civis decorrentes da incorporação em qualquer dos bens/serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens/serviços, de quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o INEGI vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens/serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o cocontratante por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos fatos mencionados nos nºs 1 e 2 não correm por conta do cocontratante se este demonstrar que os mesmos são imputáveis à entidade adjudicante ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Secção II

OBRIGAÇÕES DO INEGI

Cláusula 10.ª

Preço contratual

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o preço contratual máximo a pagar pela Entidade Adjudicante pela execução da totalidade das prestações que constituem o objeto do presente contrato é de €700.000,00 (setecentos mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o INEGI deve pagar ao cocontratante os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Apenas serão devidos os valores correspondentes às aquisições efetivamente executadas, nos termos indicados na proposta adjudicada e demais elementos do contrato.

4. O preço referido no nº 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao INEGI, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. Os preços base unitários, estipulados para cada uma das taxas de serviço a aplicar em cada um dos serviços objeto do presente contrato, não podem, em qualquer caso, ser superiores aos seguintes montantes:
6. O preço de aquisição de cada seguro associado a viagens não pode ser superior ao preço diretamente praticado pela respetiva entidade seguradora, nas mesmas condições de aquisição, acrescido da respetiva taxa de serviço constante da proposta adjudicada, subtraído da taxa de desconto obrigatório constante desta última.
7. No que se refere às alterações e cancelamentos de serviços, apenas poderão ser cobrados montantes associados às políticas de alteração e cancelamento das entidades fornecedoras, acrescidos da respetiva taxa de serviço constante da proposta adjudicada e subtraídos da taxa de desconto obrigatório constante desta última.
8. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Cocontratante deverá manter informado o Contraente em permanência sobre as políticas de alteração e cancelamento a observar em cada situação, sob pena de, não existindo essa comunicação, o Contraente não assumir quaisquer despesas a esse título.
9. A taxa de desconto sobre o preço da fatura, nos termos da proposta adjudicada, incidirá sobre o melhor preço de mercado praticado no momento da prestação de serviços, o qual, deve ser assegurado pelo cocontratante.

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo INEGI, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo INEGI das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas depois do vencimento da obrigação respetiva.

2. As faturas a apresentar pelo adjudicatário devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
3. O adjudicatário obriga-se a aderir à Fatura Eletrónica em conformidade com o disposto no artigo nº 299º-B do Código dos Contratos Públicos:
 - 3.1. Fatura eletrónica é uma fatura que foi emitida, transmitida e recebida num formato eletrónico estruturado que permite o seu tratamento automático e eletrónico, conforme redação no n.º 1, artigo 2.º, da Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos.
 - 3.2. O broker do INEGI é a SERES com o qual o broker do candidato vencedor deverá contactar para automatizar o procedimento.
 - 3.3 A emissão das faturas deve ser efetuada em formato XML certificado, acompanhado do respetivo .pdf, devidamente.
4. Em caso de discordância por parte do INEGI, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através por transferência bancária.

Cláusula 12.ª

Caução

1. Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do CCP e no Programa de Concurso, o Adjudicatário prestará uma caução correspondente a 3% do preço contratual destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos, emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
3. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

5. A caução pode ser executada pela Entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo, pelo Adjudicatário, das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
6. A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que haja motivo para esta.
7. A execução parcial ou total da caução constitui o Adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa execução, após notificação, para esse efeito, pela Entidade Adjudicante.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o INEGI pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, nos seguintes termos:
 - a) Por cada hora de atraso na resposta de cada solicitação, no final de cada mês o INEGI será indemnizado no valor de €5,00 (cinco euros). O valor da indemnização pode ser deduzido, pelo INEGI, num pagamento posterior;
 - b) Por cada reclamação feita pelo INEGI, devidamente fundamentada, relativa à qualidade dos serviços, o INEGI reserva-se o direito de aplicar uma pena pecuniária até 0,5% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o INEGI tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. O INEGI pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4. As penalidades contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o INEGI exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do INEGI

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização nos termos gerais, pode o INEGI resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo INEGI.
3. A resolução sancionatória do contrato de aquisição de serviços, pelo incumprimento definitivo do contrato pelo adjudicatário, constitui a entidade adjudicante no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 810º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 20% do preço contratual.
4. O disposto no número anterior não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.
5. Os valores referidos nos nº 3 e 4 da presente cláusula, serão deduzidos, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 333º do CCP, das quantias devidas e/ou pela execução das garantias prestadas e/ou prosseguido judicialmente, quando não for pago voluntariamente pelo adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias após notificação da decisão de resolução sancionatória pela entidade adjudicante.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses;
 - b) O montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos na alínea a) do nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao INEGI, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

SEGUROS

Cláusula 17.ª

Seguros

1. O adjudicatário é obrigado a celebrar e manter válido um seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho garantindo a responsabilidade por danos decorrentes de ações ou omissões praticados no exercício da sua atividade conexa com o objeto desta prestação de serviços, abrangendo quaisquer pessoas de que se sirva na sua atividade.
2. As apólices de seguro referidas no ponto anterior e legislação aplicável devem ser apresentadas após a notificação da adjudicação e no prazo estabelecido pelo INEGI para o efeito, obrigando-se o adjudicatário a mantê-las válidas até ao final da vigência do contrato.
3. O INEGI pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das referidas apólices.
4. As apólices de seguro e respetivas franquias constituem encargo único e exclusivo do adjudicatário, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada e estabelecida em Portugal.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª

Responsabilidades

O adjudicatário é o único responsável pelos danos provocados a pessoas e bens originados pelo carácter defeituoso do fornecimento, ainda que resultantes de descuido, incúria ou má-fé dos agentes que tenha ao seu serviço, cabendo-lhe ressarcir os mesmos.

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do INEGI.
2. A autorização prevista no ponto anterior estará sempre sujeita ao estipulado no artigo 316º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, as notificações e comunicações entre as partes do contrato serão dirigidas, nos termos do disposto no CCP, à respetiva sede contratual, através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os seguintes contatos:

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO A

Prestação de serviços de viagens

1.	Transporte Aéreo
1.1	Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas aéreas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação
1.2	Apresentação, de pelo menos, duas propostas para a viagem solicitada
1.3	Apresentação de opções de voos diretos sempre que estes estejam disponíveis;
1.3	Apresentação de opções <i>low-cost</i> sempre que estas estejam disponíveis;
1.4	Reservas e emissões de passagens aéreas nacionais e internacionais;
1.5	Emissão de bilhetes eletrónicos e envio para o INEGI através de correio eletrónico (identificar o e-mail para receção)
1.6	Realização de Check-in dos passageiros, designadamente, quando haja lugar a marcação e pagamento por lugar pré-definido.
1.7	Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> i. classes de voo para as datas solicitadas, assim como respetivo horário de voo, identificação das companhias aéreas e aeroportos; ii. tarifas economicamente mais vantajosas e disponíveis, incluindo tarifas com restrições e sem restrições, indicando em todas a validade das respetivas tarifas; iii. todos os custos de transporte aéreo, taxas, sobretaxas e outros encargos devidamente desagregados, designadamente tarifas; taxas de emissão/XP/TSF/TASF; sobretaxa transportadora (YQ); taxa de segurança; entre outros, associados ao bilhete e à respetiva emissão;

	<p>iv. política de alteração e cancelamento de cada proposta apresentada, designadamente, custos associados para o INEGI;</p> <p>v. da possibilidade efetuar pré-reserva sem qualquer custo para o INEGI e indicar a validade dessa pré-reserva;</p> <p>vi. indicação dos dados necessários do(s) passageiro(s) que o INEGI deve fornecer;</p> <p>vii. da possibilidade de obter uma tarifa mais vantajosa no caso de o passageiro em questão apresentar alguma vantagem comercial para o efeito, designadamente, milhas em cartão;</p> <p>viii. da data limite de emissão da passagem proposta e características do serviço (designadamente, marcação de lugar, refeição a bordo, entre outros aspetos);</p> <p>ix. outros elementos considerados relevantes para a execução da viagem, designadamente mudança de aeroporto que obrigue à aquisição de serviço de transfe, entre outros.</p>
1.8	Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam ao INEGI calcular o custo total da viagem, desde o início até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o terminal de aeroporto e o local do alojamento/evento);
1.9	Disponibilização de informação sobre a viagem (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o cliente possa verificar o seu itinerário de viagem de acordo com o solicitado;
1.10	Negociação de um desconto sobre a tarifa <i>full-flex</i> em classe económica para destinos específicos, para utilização do INEGI;
1.11	Criação e manutenção de um perfil do INEGI e dos seus viajantes, permitindo a aplicação da política de deslocações e da respetiva entidade;
1.12	Apoiar na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das companhias aéreas a favor do INEGI, que eventualmente surjam;

2.	Alojamento
----	-------------------

2.1	Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de alojamento mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
2.2	Proceder à alteração e cancelamento do alojamento;
2.3	Privilegiar opções de alojamento próximas do local do evento;
2.4	Reserva e emissão de vouchers de alojamento em território nacional e internacional;
2.5	Emissão e envio para o INEGI dos vouchers eletrónicos sempre que possível;
2.6	Disponibilização de toda a informação útil sobre o alojamento incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, transporte, etc.;
2.7	Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam ao INEGI calcular o custo total da viagem, desde o início até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o local do alojamento e o local do evento);
2.8	Disponibilização de informação sobre o alojamento (incluindo a confirmação da reserva, categoria de hotel, condições gerais, tipo de quarto, regime de alojamento, etc.) por escrito, através do correio eletrónico (...), para que o INEGI possa verificar todos os dados do alojamento de acordo com o solicitado;
2.9	Negociação de tarifas preferenciais em unidades hoteleiras, preferencialmente para hotéis de 3 estrelas ou similar, com pelo menos 3 três alternativas para o alojamento dentro das condições solicitadas ou dentro de condições mais favoráveis;
2.10	Criação e manutenção de um perfil do INEGI e dos seus viajantes, permitindo a aplicação da política de deslocações e da respetiva entidade;
2.11	Apoiar na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das unidades hoteleiras a favor do INEGI, que eventualmente surjam;

3.	Aluguer de viaturas
----	----------------------------

3.1	Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de aluguer de viaturas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação, e com as características solicitadas pelo INEGI, apresentando duas alternativas, dentro de condições mais favoráveis;
3.2	Reserva e emissão de vouchers de aluguer de viaturas em território internacional;
3.3	Emissão e envio para o INEGI de vouchers eletrónicos, sempre que sejam possível;
3.4	Disponibilização de toda a informação útil sobre o aluguer, tais como serviços incluídos, moradas, etc.;
3.5	Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam ao INEGI calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final;
3.6	Disponibilização de informação detalhada sobre o aluguer de viaturas (incluindo a confirmação da reserva, características da viatura, marca, modelo, combustível, reembolsos, etc.) por escrito, para o correio eletrónico (...), para que o INEGI possa verificar todos os dados do aluguer de acordo com o solicitado;
3.7	Negociação de tarifas preferenciais com empresas de rent-a-car, para utilização do INEGI;
3.8	Criação e manutenção de um perfil do INEGI e dos seus viajantes, permitindo a aplicação da política de deslocações e da respetiva entidade;
3.9	Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das empresas de rent-a-car a favor do INEGI, que eventualmente surjam;

4.	Outros serviços complementares
4.1	<i>Transfere</i> – transporte entre o terminal aéreo/ferroviário e o hotel: informar o Contraente da necessidade de requerer o serviço de transfere para qualquer deslocação
4.2	Vistos – serviço de pedido de visto em nome do viajante: a) Informar o Contraente sobre a obrigatoriedade de emissão de visto(s) nas deslocações a determinados destinos; b) Gerir todo o processo de obtenção de visto(s) junto das entidades competentes com

	máxima celeridade e com o mínimo envolvimento do Contraente; c) Entregar ao Contraente o(s) visto(s), acompanhado(s) de toda a informação pertinente.
4.3	Entrega de documentação – entrega de documentação física (bilhetes de comboio, vouchers, vistos, etc), se o INEGI configurar como necessário, nas suas instalações ou em locais definidos caso a caso
4.4	Para a prestação de serviços de seguros, o Cocontratante obriga-se a: a) Proceder à consulta e informação sobre o serviço de seguro; b) Gerir o processo para emissão das apólices de seguros (conforme solicitado pelo INEGI).

Anexo B

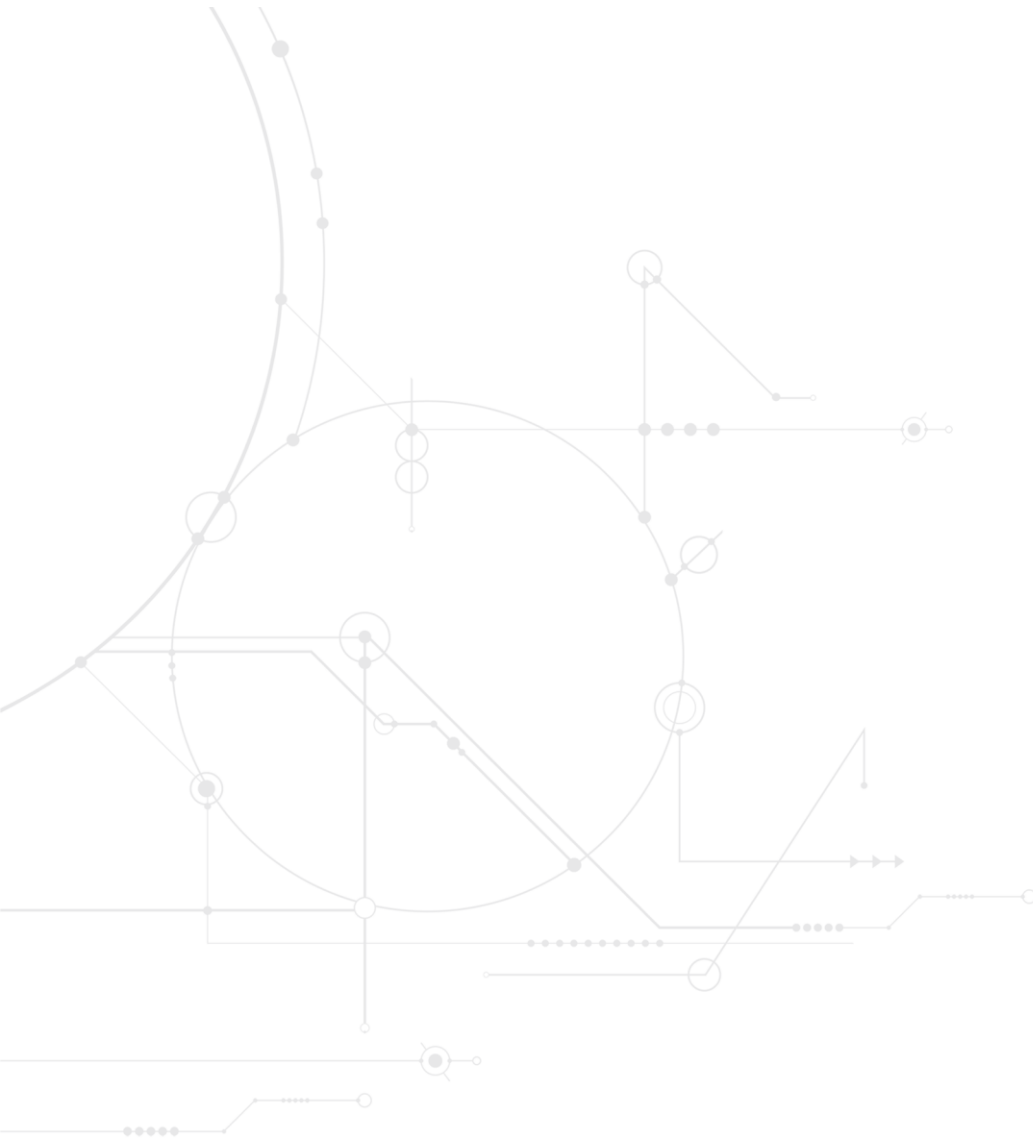
Especificações técnicas

1.	Requisitos técnicos e funcionais mínimos da prestação de serviços
	No âmbito do objeto do contrato, o prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais obrigatórios:
1.1	Requisitos constantes do anexo A do presente caderno de encargos;
1.2	A procura constante do melhor preço, assegurando a prestação do serviço que melhor se adequa a uma relação preço/qualidade, atendendo aos requisitos de serviço do cliente nos diversos sistemas disponíveis e acessíveis, mediante, designadamente: i. Aconselhamento na gestão dos orçamentos de viagens; ii. Negociação com fornecedores e procura de oportunidades novas e mais vantajosas. iii. Realização de <i>check in online</i> quando solicitado; iv. Garantir contacto de emergência durante 24 horas por dia; v. Garantir a articulação com os fornecedores na aplicação de acordos de empresa.
1.3	Garantir que as respostas aos pedidos de serviços sejam efetuadas nos termos da proposta apresentada, e, nos casos de urgência, o cocontratante obriga-se a garantir que as respostas aos pedidos de serviços sejam efetuadas no limite máximo de 2 horas, desde que o assunto da comunicação expresse o carácter urgente da mesma.
1.4	Coordenação com o gestor do contrato para assegurar a uniformidade dos serviços;
1.5	O acompanhamento contínuo da qualidade do serviço, designadamente construindo e analisando estatísticas dos custos do serviço, controlando eventuais desvios face aos

	objetivos, implementação de ações corretivas e coordenação com os fornecedores, no sentido de assegurar a melhoria contínua, entre outros
1.6	Prestar atendimentos pelos seguintes canais: telefónico, e-mail e presencial.
1.7	Designar um gestor de cliente e um seu substituto, fluentes em português e inglês, que assegurem que o fluxo diário de pedidos se processe de acordo com as condições de prestação de serviços definidas no presente caderno de encargos, e assegure a aplicação de tarifas negociadas com companhias aéreas e com unidades hoteleiras preferenciais, ao nível local, nacional ou internacional;
1.8	Assegurar a prestação dos serviços ao mais baixo preço
1.9	Declarar expressamente que o preço proposto é o melhor em determinada data para o plano de viagem. Caso se verifique que existe no mercado uma proposta, com as mesmas características (data, hora, itinerário e companhia aérea), de valor inferior, esta deverá, no mínimo ser igualada;
1.10	Manter o acesso a um sistema de distribuição global (<i>GDS – Global Distribution System</i>).

2.	Níveis de serviço São ainda obrigações do adjudicatário na presente prestação de serviços:
2.1	Prestar atendimento através dos seguintes canais:
	i. telefónico (das 9h às 20h); ii. e-mail (diariamente, com tempo máximo de duas horas para envio de confirmação de receção de pedidos por correio eletrónico) iii. presencial (das 9h às 19h).
2.2	Negociar as condições específicas da prestação de cada um dos serviços, diretamente com o utilizador final do INEGI ou com o interlocutor designado, nos serviços administrativos e financeiros do INEGI, devendo posteriormente emitir o orçamento, numerado e discriminado, obrigatoriamente, pelos diversos tipos de serviços (transporte

	aéreo, alojamento, transporte ferroviário, inscrições em eventos e outros serviços complementares) e com o valor da taxa de serviço;
2.3	O orçamento deve ser enviado por correio eletrónico em resposta a quem o solicitou;
2.4	Apresentar proposta a todos os pedidos formulados por utilizadores do INEGI, mediante a identificação do pedido interno de deslocação, da descrição da missão a realizar, do itinerário, dos horários pretendidos para a viagem e, se aplicável, do alojamento, bem como as condições requeridas;
2.5	Nomear os interlocutores responsáveis para os contactos com o INEGI, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação;
2.6	Assegurar a existência de um gestor de cliente, que possa ser contactado todos os dias úteis das 9 (nove horas) às 20h (vinte horas), no âmbito de questões técnicas e/ou comerciais decorrentes da prestação de serviços;
2.7	Prestar o serviço mediante a receção da nota de encomenda pelo INEGI;
2.8	Acompanhar a qualidade do serviço prestado e eventuais reclamações de utilizadores finais e dos serviços administrativos e financeiros do INEGI;
2.9	Responder a reclamações dos utilizadores finais e dos serviços administrativos e financeiros do INEGI, com envio de resposta, via correio eletrónico, no prazo máximo de 10 dias úteis;
2.10	Assegurar o contacto telefónico 24 horas, todos os dias do ano, para apoio aos viajantes ou para resolução de solicitações urgentes fora do horário laboral, período dentro do qual deverão ser utilizados e assegurados os meios normais de contacto;
2.11	Verificar as circunstâncias ou outras características que se revelem adversas à segurança e funcionamento e/ou prestação adequada do serviço, designadamente, a instabilidade política no país de destino, condições de higiene, vacinação obrigatória e aconselhamento quanto a uma eventual consulta do viajante, entre outras limitações
2.12	Deverá assegurar a existência de uma filial, balcão ou sede na Área Metropolitana do Porto.



Concurso Limitado por Prévia Qualificação

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE VIAGENS, ALOJAMENTO E SERVIÇOS CONEXOS

© INEGI todos os direitos reservados

MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

**INEGI - Instituto de Ciência e Inovação
em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial**

Campus da FEUP | Rua Dr. Roberto Frias, 400 | 4200-465 Porto | PORTUGAL
T. +351 22 957 87 10 | F. +351 22 953 73 52 | inegi@inegi.up.pt

www.inegi.up.pt

